

JOSÉ DE ALENCAR NO DEBATE PELA RENOVAÇÃO DA LINGUAGEM LITERÁRIA E PELO USO DA LÍNGUA PORTUGUESA ABRASILEIRADA¹

Valdeci Rezende Borges (UFG/CAC; Pesquisador CNPq)

Introdução

A imprensa lusa e a brasileira, em meados do século XIX, foi espaço de lutas de representação ao redor de práticas intelectuais preocupadas com a busca de uma forma literária que fosse moderna e brasileira para representar nossa jovem nação que, há poucas décadas, tornara independente, politicamente, de Portugal. Nela, tanto de lá do Atlântico como de cá, os campos intelectual e político, da cultura escrita e do texto impresso, em forma de livro ou nas páginas dos periódicos, configuraram como lugares de embates acirrados entre duas perspectivas literárias antagônicas.

Hoje, em fins da primeira década do século XXI, as imprensas portuguesa e brasileira voltaram a ser palco de uma disputa diretamente ligada àquela querela oitocentista. O novo Acordo Ortográfico, aprovado em 2008 e que passou a vigorar no Brasil em janeiro de 2009, tem ocupado páginas de revistas, jornais e de sites da Internet. Favoráveis a sua adoção e resistentes a ela, tanto brasileiros como portugueses ou de outros países que formam a comunidade lusófona, expõem suas opiniões e seus argumentos. Aqui, uns defendem o Acordo como uma maturidade linguística, como um ato que concretiza uma aspiração antiga de nossos intelectuais oitocentistas mais expressivos, como José de Alencar e Machado de Assis, que bateram por um idioma fundado em fontes legítimas, o povo e os escritores falantes da língua. De lá, outros apontam as falácias dos argumentos utilizados e resistem a um “abrasileiramento” do idioma que tal Acordo representa. Tais posturas mostram que essa história parece que está longe de ter fim.

No campo de batalhas oitocentista, Antonio Henriques Leal, M. Pinheiro Chagas e José Feliciano de Castilho, em jornais brasileiros, como *O País*, do Maranhão, ou portugueses, como o *Jornal do Comércio*, de Lisboa, ou em revistas, como a fluminense *Questões do Dia*, travaram caloroso debate com o escritor José de Alencar. O romancista apresentava suas ideias para realizar a literatura brasileira, e se defendia de tais censores em combates, apaixonados por uma linguagem literária própria, com estilo particular e escrita em uma língua portuguesa abrasileirada.

Alencar, expondo os laços estabelecidos entre história, linguagem, língua, literatura, sociedade e cultura, partia para o combate marcado de clara perspectiva política. Batia contra os modos consagrados de representação defendidos pelos simpatizantes da tradição, do estilo, da linguagem e da velha língua portuguesa clássica no exercício literário. Sua militância e intervenção nessa arena visavam edificar uma literatura que tivesse por missão a construção de uma identidade cultural para a jovem nação, consolidando a independência política, de 1822, em relação a Portugal e produzindo uma almejada autonomia cultural.

Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é abordar, primeiramente, a leitura realizada por Manuel Joaquim Pinheiro Chagas sobre a literatura brasileira e o lugar que nela ocupava Alencar, por meio de um capítulo do livro *Novos ensaios críticos*. Em seguida, investiga-se as ideias e os argumentos presentes na defesa do romancista no ensaio “Questão filológica”, de 1874. Alencar, segundo ele, tomou esse título emprestado de um artigo de Henriques Leal, que o criticava, para melhor conformar a resposta às censuras que aquele antes veiculara nas páginas de *O País*. Críticas que foram, depois, estendidas pelo censor, quando este resolveu “arquivar em livros aqueles folhetins de jornal”, compondo, assim, um capítulo do volume de *Lucubrações*, publicado no mesmo ano em Lisboa.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

Alencar combatia com escritores defensores do velho português e do estilo clássico como forma de representação literária da nação brasileira. Sua conduta ficou plasmada nas tramas da linguagem de vários de seus ensaios críticos veiculados na imprensa fluminense em forma de cartas ou livros, como em posfácios, pós-escritos e prefácios, sendo o texto acima um destes objetos de luta representativo dessa experiência histórica e cultural.

1. Alencar e a literatura brasileira na leitura de Pinheiro Chagas

Em 1865, José de Alencar, no “Pós-escrito à Diva”, rebateu as críticas que vinha recebendo sobre a forma como empregava a língua portuguesa em seus romances. No texto “Como e porque sou romancista” ele informa que quando *Lucíola* foi publicado, no meio do silêncio profundo com que a imprensa da Corte acolheu o romance, “apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismos”. O mesmo ocorreu quando, ano depois do lançamento de *Lucíola*, veio a público *Diva*, e o escritor Henrique César Muzzio apontou, também, que a obra “tinha ressaibos das modas parisienses” (ALENCAR, 1965, p. 401)

Com relação a essa mesma questão, já em 1867, saiu publicado, em Porto, o livro *Novos ensaios críticos*, de Manuel Pinheiro Chagas, no qual o escritor português, ao tratar da literatura brasileira, dedicou um capítulo a José de Alencar e focou sua análise em *Iracema*, lenda do Ceará. Nesse texto, Alencar recebeu elogios e honrarias pela escrita do livro, mas também foi censurado pela falta de correção no emprego da língua portuguesa. O interesse aqui é perscrutar a leitura de Chagas a respeito do problema acima exposto.

Para Chagas, apesar dos muitos talentos que se avultavam na “nossa antiga colônia americana”, não se podia dizer que o Brasil possuísse uma literatura nacional que refletisse “o caráter” de seu povo, que concedesse vida às suas tradições e crenças e que fosse “a alma” da nação, com todas as dores e júbilos que, através dos séculos, a foram retemperando”. O Brasil, como nação moderna e filha da Europa, não tinha “ainda uma existência bastante caracterizada, para que os seus incidentes, refletindo no espelho da literatura”, pudessem “deixar nele imagem bastante colorida e enérgica.” Faltava-lhe um “período laborioso de uma gestação difícil”, como ocorrera nas repúblicas espanholas, e “uma iniciativa no movimento civilizador do mundo” debatendo as “grandes questões” da humanidade, como faziam os Estados Unidos, que pudessem “na sua literatura deixar profundo sulco”. Assim, faltava-lhe elementos para inflamar sua literatura com o fogo do combate, o ardor, a veemência, o entusiasmo e as comoções das lutas, os quais comporiam as páginas de “uma epopeia sublime”, coordenada, talvez, por um Homero e formando a “Íliada gigante desses povos”(CHAGAS, 1867, p. 212-3).

Os Estados Unidos tinham voto na congregação dos povos que dirigiam a marcha da humanidade, a “voz de seus escritores” não morria no “recinto” de suas fronteiras, sua literatura tinha “certo caráter de apostolado”, sendo marcada também pelo “estudo sério, e imparcial do passado”, característico da moderna literatura europeia, e Cooper era “o representante dessa literatura patriótica”, com o tipo que criou, Nathaniel Bempo, e as figuras que se agrupavam em torno deste vulto. Esse tipo “é o protesto vivo contra aqueles que da Nova Inglaterra querem fazer apenas a sucursal da antiga” e “que tentam assim afogar no seu germe a vivaz nacionalidade” (CHAGAS, 1867, p. 214-5).

Para Chagas, as nações americanas, se quisessem “verdadeiramente fazer ato de independência, e entrar no mundo com foros de países que tem nobreza sua”, deveriam, como Bempo, “esquecer-se um pouco da metrópole europeia, impregnar-se nos aromas do seu solo”, proclamar-se filhas adotivas, mas “ternas e amantes das florestas do Novo Mundo, e aceitar as tradições dos primeiros povoadores”. Na poesia desses povos primitivos, estava “a inspiração verdadeira”, que deveria “dar originalidade e seiva à literatura americana”. Foi isso que compreendeu Fennimore Cooper e fez seus romances tão apreciados por uma geração que desprezou “as estioladas e pálidas plantas de estufa, nascidas numa atmosfera falsa”. Fechando seu raciocínio, Chagas conclui: “É isso que deve dar ao Brasil a literatura que lhe falta, foi isso finalmente o

que o sr. José de Alencar compreendeu e tentou na formosa lenda cearense, que abre um novo e desconhecido horizonte aos poetas e romancistas de Santa Cruz” (CHAGAS, 1867, p. 215-6).

O crítico considerou que, desde o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, os poetas brasileiros tinham “entrevisto a mina riquíssima” de onde poderiam “arrancar diamantes literários”, mas que, até aquele momento, nenhum se impregnara “bastante nessa inspiração selvática” e tivera “ânimo para se banhar completamente nesse formoso lago poesia estranha às regras e aos hábitos europeus”. Os mistérios da poesia, os esplendores e sombras “da confusa floresta das tradições populares sempre assustaram a literatura elegante”, e foi necessário que uma “revolução sanguinolenta revolvesse a ordem do mundo, destruísse as antigas distinções” e agitasse o mar social para que os poetas “ousassem derrubar os seus palácios de Netuno, quebrar as conchas de Anfritite...” Tudo que “não era nobre, perfumado e delicado fora por tanto tempo considerado como antipoético” e não foi aproveitado “senão engastando-o cuidadosamente nas joias arrebicadas da literatura clássica” (CHAGAS, 1867, p. 216-7).

Foi preciso que viesse uma geração completamente nova, que nunca se viciara nos ares empestados, na atmosfera artificial das estufas de Versailles, para que respirasse com delícias os aromas inebriantes da poesia, que procurava a sua inspiração nas crenças do povo e nos sentimentos do poeta (CHAGAS, 1867, p. 218).

Avançando em sua análise e desvendamento do processo, Chagas assegura que “o que sucedeu na Europa com a poesia popular, aconteceu no Brasil com a literatura indiana”, por meio de Magalhães e Gonçalves Dias, mas que, com a morte do último, “antes dele ter inaugurado verdadeiramente a literatura nacional no Brasil”, pertencia à *Iracema*, de Alencar, “a honra de ter dado o primeiro passo afoito na selva intrincada e magnificente das velhas tradições” (CHAGAS, 1867, p. 218).

Se os leitores de Cooper lamentavam que não houvesse, no Brasil, um poeta que soubesse aproveitar os tesouros da poesia espalhados por esse território e que, da mesma forma que aquele, desse relevo às tradições e crônicas desses povos, “Alencar livrou sua pátria desse labéu”, com *Iracema*, em que se revela estilista primoroso, pintor de paisagens natais e cronista simpáticos dos antigos povos brasileiros. “Pela primeira vez aparecem os índios, falando a sua linguagem colorida e ardente, pela primeira vez se imprime finalmente o cunho nacional num livro brasileiro...” Portanto, “A musa nacional solta-se enfim dos laços europeus” e vem sentar-se à sombra das bananeiras vendo o sol apagar seu facho ardente na orla das florestas americanas (CHAGAS, 1867, p. 219-20).

Remetendo a uma crítica não identificada, veiculada num jornal do Rio de Janeiro, que apontava como “defeito” do livro a profusão de termos indígenas espalhados em suas páginas, Chagas o descaracteriza. Para ele, esse aparato não tornava ininteligível e nem desagradável a prosa do autor e em nada prejudicam o interesse pela leitura: “não creio que possa macular por forma alguma o formosíssimo quadro do pintor brasileiro” (CHAGAS, 1867, p. 220)

No entanto isso não quer dizer que a obra não possuísse problemas e que senões não pudessem ser levantados. É o que passa a fazer Chagas.

Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se na *Iracema*; o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato (CHAGAS, 1867, p. 221).

O crítico português continuou a refletir sobre essa questão, relacionando-a com o processo ocorrido na Europa e recorrendo aos pressupostos da filologia, à qual deu caráter de ciência natural.

Se os escritores brasileiros desejam realmente fazer uma língua nova, corrompendo a antiga, como as línguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, devemos adverti-los de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares da filologia. A transformação das línguas é um fenômeno, que se opera sem que a vontade humana possa nela intervir por forma alguma; como qualquer outro fenômeno físico, está sujeito a leis fixas e imutáveis, como a gravitação, ou a expansão dos gases. Max Muller demonstrou

amplamente na sua *Sciencia da linguagen*, e com ele demonstram-no todos os eruditos filólogos da moderna escola, que a filologia é uma ciência da natureza e não uma ciência histórica. O fluxo e refluxo das línguas têm um caminhar tão certo como o fluxo e refluxo dos mares, que obedecem à ação longínqua da lua (CHAGAS, 1867, p. 221-2).

Ao povo, foi delegado papel de agente transformador da língua e, aos escritores, aquele de seguidores das regras gramaticais.

Essa transformação pô-la Deus nas mãos dos ignorantes. O nível da linguagem eleva-se, não se abaixa. É ao povo, esse ignorante sublime, que está confiado o sagrado depósito. Os sábios *enriquecem* um idioma, só o povo o *transforma*. As formas gramaticais não se alteram a bel-prazer dos escritores; a índole de uma língua não são eles que a modificam por decreto. Parece-me necessário que os escritores brasileiros se compenetrem bem desta verdade hoje elementar (CHAGAS, 1867, p. 222).

Chagas questionou os motivos para que um livro brasileiro se distinguisse na linguagem de um livro português, quando os livros dos autores americanos não se distinguiam dos livros dos ingleses, que “escrevem exatamente o mesmo correto inglês”, ou, no caso dos escritores latino-americanos, que “entoam os seus inimitáveis versos no mesmo sonoro e altivo espanhol”. Daí, proferiu a seguinte sentença: “Estas dissidências não podem indicar senão um erro da nossa parte, ou da parte dos nossos irmãos ultramarinos. As línguas transformam-se corrompendo-se, e a corrupção, enquanto não é fonte de renovamento, é vício e vício fatal” (CHAGAS, 1867, p. 222-3).

Considerando tal posicionamento, o crítico continuou suas ponderações opondo a postura dos autores portugueses, acertada, à dos brasileiros, desviante:

Ora, neste caso, ou nós estamos corrompendo o idioma, ou os escritores brasileiros o corrompem. Mas nós cingimo-nos às velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha reta, enquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões (CHAGAS, 1867, p. 223).

Avançando, Chagas apresenta a conclusão de seu julgamento da ação implementada pelos escritores brasileiros em relação à língua portuguesa.

É glorioso ser um desses escritores, que fazem brotar um idioma novo do cadáver corrupto duma velha língua, mas não nos parece igualmente glorioso entrar na classe daqueles que receberam dos seus antepassados uma linguagem formosa, harmoniosa e opulenta, e que a estragam, e que a desfiguram, e a maculam, e concorrem dessa forma para a transformarem de corpo cheio de vida em cadáver purulento, de manto de púrpura em farrapo ignóbil (CHAGAS, 1867, p. 223).

Chagas, mesmo que avaliasse os autores brasileiros como “escritores de primeira ordem, talentos verdadeiramente grandiosos”, declarou que aproveitava esse “ensejo para dizer verdades”, que, há muito, pesavam em sua consciência aqueles que estavam “à frente desta cruzada de novo gênero”, a qual via como equívoca e, portanto, merecedora de reparos: “... pareceu-me útil recordar estes princípios elementares de filologia a quem, cego por um sentimento talvez louvável, caminha visivelmente numa vereda errada, e vai arrastando por ela uma literatura cheia de vida, e florescente de promessas” (CHAGAS, 1867, p. 223).

Finalizando, Chagas volta novamente a Alencar, de modo específico, tratando da sua postura de revolta contra o português, de seu estilo, linguagem e lugar na criação de uma literatura nacional.

Ainda que o sr. José d’Alencar não seja dos mais audazes revoltosos, ainda que o seu estilo verdadeiramente mágico resgate plenamente as incorreções de linguagem que lhe podemos imputar, desejaríamos que nem sequer essa leve mácula existisse num livro primoroso, num livro, que está destinado, como a *Iracema*, a lançar no Brasil as bases duma literatura verdadeiramente nacional (CHAGAS, 1867, p. 223-4).

2. Alencar nas tramas históricas da língua portuguesa e da linguagem literária

Para o romancista, a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, era lugar da intelectualidade e essa tinha por “missão” contribuir para a “formação de uma nacionalidade”. Em vários ensaios críticos, o escritor expôs um programa de nacionalização literária, que fundamentavam a realização da identidade nacional. Defendeu a diferenciação da literatura nacional na forma e no conteúdo, no emprego da língua portuguesa, na linguagem adotada e na escolha dos temas e motivos.

Conforme Alencar, no ensaio “O nosso cancionero”, também de 1874, a “literatura militante” busca edificar uma obra brasileira, com uma língua portuguesa abasileirada, aprendida com o povo, na luta contra a “expatriação literária” e deveria captar “a alma brasileira”. Assim, combateu para formar a “literatura brasileira” com “alma” e “individualidade própria”, opondo-se ao “espírito de colonização literária” por parte dos escritores portugueses e à submissão ao “outro lado do Atlântico”. Nesse exercício intelectual missionário, o romance, como um dos “monumentos” da nação, deveria se apegar às feições da língua particular esboçada na experiência social do povo falante, expressa numa linguagem adequada ao tempo moderno, com sua rapidez e seus temas. Desta forma, se desbravaria o campo defendido “pelos literatos de rabicho” contra a formação da nacionalidade brasileira. Portanto, sua obra é “militante” e um “monumento” erguido na celebração de uma literatura nacional e na ânsia por se diferenciar da “literatura mãe” (ALENCAR, 1960, p. 961, 964, 972, 982 e 983).

Já em “Questão filológica”, Alencar esclareceu que era a partir dos termos da crítica presente num capítulo do livro *Lucubrações*, publicado em Lisboa, por Leal, que fazia reparos a seu pós-escrito de *Iracema* e censurava o estilo d’*O Guarani*, “tachado de frouxo e desleixado”, que acompanharia a controvérsia (ALENCAR, 1960, p. 939-40).

O escritor assinalou sua postura política pela busca de nossa autonomia cultural, ao advertir que seu “verdadeiro contendor” não era Leal, “mas a literatura portuguesa, que, tomada de um zelo excessivo”, pretendia “por todos os meios impor-se ao império americano.” Considerou que, nessa empreitada, ia “à cola grande parte dos escritores do Brasil”, país “ainda tão pouco nosso”, os quais sacrificavam “o sentimento nacional por alguns elogios da imprensa transatlântica”. Era “contra essa corte”, que julgava “formidável pelo talento, número e intolerância”, que ele combatia. Vislumbrava, na mocidade, o despontar de “melhor seiva, de alguns talentos bafejados pelas auras americanas”, nos quais ainda poderiam vibrar “os assomos de nossa independência literária, como outrora a idéia da emancipação política fez palpitar a geração de 1823.” Possuía tímidas esperanças de que tal independência literária ocorresse, pois via entre os jovens tal sentimento nacional, mas também receio; uma vez que viviam e respiravam a “atmosfera estrangeira” e acolhiam com “indiferença trabalhos de nossa infantil nacionalidade” (ALENCAR, 1960, p. 940-1).

Rememorando, lembrou o começo da controvérsia. Leal havia combatido seu estilo e ele, na segunda edição de *Iracema*, defendeu-se contra a “tão repisada censura”, traçando um paralelo entre o estilo quincentista e o moderno, que é “mais leve, singelo, livre e desembaraçado”. Porém, como o crítico lhe atribuía, com “ignorância sobre a língua, a loucura de querer transformá-la”, dirigia-se “à luta” (ALENCAR, 1960, p. 941).

Alencar, ressentido com os ataques, passou a censurar Leal, indicando incorreções em seus escritos, assinalando sua preocupação clássica ao escrever “atento à rebusca de uns torneios afetados à antiga” e semeando tautofonias em seu livro. Afirmou que o “elegante escritor”, que “lançava ao estilo alheio a pecha de desleixado”, não era fluente e tinha uma prosa entrelaçada por acrologias. Logo, não tinha direito de ser crítico severo se não estava isento de vícios de dicção; passando a apontá-los. Argumentava que discordava do estilo e das fórmulas adotadas por um autor, mas não arrogava “soberania gramatical para tachar de erro” o que era “apenas opinião”. A imposição era um “*decreto apócrifo*”, pois, às vezes, o público desprezava o que os críticos condenavam como infração das regras e ia sancionando formas de falar (ALENCAR, 1960, p. 942-3).

Referindo-se à prática dos neologismos, ponderava que mesmo os autores clássicos, como Virgílio, imitaram locuções elegantes de outros, como no momento faziam “alguns escritores brasileiros, dos escritores da França”. A seu ver, Leal empenhava-se em provar que era “falsa e perigosa a doutrina” que proclamava acerca do neologismo, chegando a mutilar seu pensamento, ao suprimir parte de frases, como aquela em que afirmou que, desde que uma palavra estrangeira fosse introduzida na língua por iniciativa de um escritor e pelo uso em geral, tornava-se nacional, conforme a doutrina do neologismo e o pensamento dos melhores glossólogos modernos. Ela tornava-se nacional como qualquer outra originária e sujeitava-se a todas as modalidades do idioma que a adotou e poderia ser empregada em todos os sentidos, tanto próprio quanto figurado (ALENCAR, 1960, p. 943-4).

Dessa forma, combatia o espírito exclusivista defendido por Leal, por considerá-lo arbitrário. Apreciava que o crítico “não permitia o uso de certas acepções, consoantes com a etimologia e conforme a índole da língua só porque os franceses as tinham inventado.” Portando, reforçava que usaria “todas as metáforas elegantes e expressivas” que colhesse “nos bons autores franceses, ou de qualquer outra nação” e que encrespassem os críticos. Leal era “idólatra do arcaísmo” e via as palavras do clássico como “dogma” (ALENCAR, 1960, p. 943-5).

Examinando o livro de Leal, com base nas regras formuladas por este acerca do neologismo, avaliou que não as tomou para si, pois apareciam “as inovações escusadas” ao iniciar pelo título, *Lucubrações*, que possuía palavras em português que exprimiam a mesma ideia, mas que Leal adotou o termo latino, de uso moderno. Assim, o “austero crítico” sacrificava-se “nas aras do neologismo”, mas não usava certos termos modernos, de uso geral, “para empregar o antiquado só pelo desejo de mostrar-se conhecedor de uns escaninhos da língua” (ALENCAR, 1960, p. 946-7).

Ao tratar de algumas questões de gramática e ortografia, Alencar passou a citar uma série de problemas presentes na escrita portuguesa, os quais observava e que eram pontos de conflito e tensão por não estarem sistematizados. Primeiramente, abordou a questão do emprego de locuções adverbiais compostas de uma preposição e um substantivo, que não toleram artigo. Defendeu que “o uso” vinha admitindo o artigo em alguns casos, mas, se não havia “uso dominante”, a locução poderia causar obscuridade, e o escritor deveria evitar “sempre o modo de dizer menos comum, para cingir-se à regra da boa gramática.” Para ele, “se cada escritor, rendido a esse engodo do antigo, se propusesse a restaurar as formas obsoletas, em pouco teríamos o estilo moderno crivado” de articulações que lhe dariam a feição de um mosaico (ALENCAR, 1960, p. 947-8).

Em seguida, ao discutir sobre o emprego ou a eliminação do artigo *o* e *a*, Alencar negou ter proposto tal exclusão. Para ele, Leal confundiu parcimônia e sobriedade com eliminação, e atribuiu-lhe uma teoria que se desviava dos princípios da analogia gramatical e das regras. A seu ver, o uso moderado do artigo “nas línguas modernas, especialmente no português, que neste ponto acompanha o grego antigo”, era de suma importância para a correção, pureza e elegância do estilo, sendo preciso expurgar a enxertia de palavras desnecessárias ao sentido da frase, que eriçavam o estilo, tornando-o monótono e lânguido.

Já se referindo ao problema da proscricção do pronome reflexo *se* nos verbos transitivos, o que, segundo Leal, teria Alencar aconselhado, o romancista negava tal indicação, defendendo que os verbos reflexivos e ativos podem tornar-se neutros pela supressão do atributo; mas que havia uma distância “dessa *elipse a propósito*” para a proscricção ofertada por Leal. Defendia a “neutralização do verbo reflexivo quando se tornava necessário para evitar o ceceio desagradável” (ALENCAR, 1960, p. 949-50).

Alencar comparou orações e questionou qual a razão das divergências quando a forma é a mesma, recorrendo a Vieira, como um clássico, que punha em prática a regra latina por ele referida. Portanto, questionava se “nós brasileiros” só tínhamos “o direito de cunhar as palavras tiradas do tupi, sendo-nos vedado tocar na arca santa do classicismo”. Declarou que, “por igual teor”, continuaria a escrever, apesar dos censores tacanhos, defensores das literaturas velhas e passadas (ALENCAR, 1960, p. 951).

Alencar ponderou que certas frases que usava eram condenadas pelos “puristas” e só podiam ser admitidas como “um modernismo”, desses que irritavam “os zelos clássicos” do censor, mas que ele não cativava “às carolices gramaticais” e empregava, em certos casos, a regra que expendeu sobre o valor reflexo

da forma neutra. Tratando da questão ortográfica de acentuação da preposição *a*, posicionou pela admissão da junção, pela contração e pela absorção ao aglutinar os dois *as* numa só vogal, pois “a rotina seguida” não podia ser um “dogma” contra o qual não valiam argumentos (ALENCAR, 1960, p. 952-3).

Ao tratar de como ocorriam transformações nas línguas, argumentou que, na história da ortografia francesa, a Academia, composta de sábios, vinha sendo “compelida a aceitar as reformas propostas em diversas épocas por simples escritores” e que foram repelidas pelos gramáticos. Porém os tipógrafos “incumbiram-se da reforma” e “efetuou-se na ortografia européia a revolução que a Academia foi obrigada a aceitar” (ALENCAR, 1960, p. 953-4). Portando, como escritor moderno, defendia que os modernos completassem “esse racional melhoramento ortográfico, iniciado pelos antigos escritores portugueses”. Reparava que, no processo de depuração da “língua da grosseria e viciosa ortografia”, própria dos “escritores do período áureo”, Camões, Barros e Luís de Sousa, “deixaram ainda uns resquícios de sua ignorância e que só os modernos e do século XIX” apagavam. Para ele, as mudanças ocorreram porque alguém ousou escrever diferente, confirmando-se com a etimologia, mas contra elas “conspiraram os idólatras do antigo”. No entanto, apesar disso, “a reforma consumou-se; e a inércia encolheu-se para deixar passar o progresso”, que ia “reclamando a simplicidade da língua, mau grado dos furores clássicos” (ALENCAR, 1960, p. 954-5).

Já abordando de outra questão importante nesse processo, os erros tipográficos, o romancista assinalou que o crítico, pesquisando tais erros em seus livros, concluiu que ele, Alencar, não estava firme nas regras por ele mesmo estabelecidas, “ao avesso do uso geral”; tanto que não as seguiu na prática, transgredindo-as frequentemente. Apurando a questão, Alencar enfatizou a ambiguidade existente na escrita do Português; referiu-se “à incerteza de nossa ortografia portuguesa, que resulta da variedade de sistemas que se mistura[va]m e trava[va]m em um mesmo livro, formando perfeito disparate”. Segundo ele, “muitas vezes o autor, para não multiplicar emendas nas provas, aceitava um sistema adotado pelo compositor, que entretanto, logo o alterava e substituía por outro”, facilitando que escapassem anomalias (ALENCAR, 1960, p. 955-6).

A seu ver, bastava essa declaração para que um crítico não lhe “atribuísse como inconseqüências, as variações de fórmulas gramaticais”, por ele notadas, antes do censor, no já referido pós-escrito à *Iracema*. Para Alencar, quando um escritor dá prova “de que maneja com facilidade a língua e não ignora os preceitos rudimentares da gramática, os erros crassos que porventura encontre o leitor, não podem com lisura ser atribuídos à ignorância.” Era ridículo responsabilizá-lo por incorreções provindas de inadvertências ao fazer as provas (ALENCAR, 1960, p. 956).

Tratando do ofício de revisor de livros na Corte em comparação com o francês, considerou que do campo da revisão não existia, no Brasil, mais do que o embrião. O cargo requeria espírito minucioso e escrutador, atenção, calma, paciência e conhecimentos; e aqui, era pouco o pessoal em tais condições. Nossos “revisores nem ao menos garantiam ao autor a exata conversão do original ainda com todos os seus defeitos na lauda impressa. Deixavam passar os mais grosseiros pastéis do compositor, quando não os acrescentavam por sua conta” (ALENCAR, 1960, p. 956-7).

Revelou que, nos últimos tempos, usava enviar à tipografia um elenco das particularidades de sua ortografia, adotada, em geral, na falta de melhor método. Mas era inútil, pois não se empregava de modo uniforme nem a sua e nem outra qualquer. Portanto, sofria o estilo do autor com a péssima revisão e não cumpria ao escritor tirar suas próprias falhas, as dos tipógrafos e as dos revisores. Reafirmava que, como já confessara nas notas de *Iracema*, era péssimo revisor, sobretudo de sua própria obra (ALENCAR, 1960, p. 957-8).

A última questão bordada por Alencar foi da diferença que se notava entre o inglês e o espanhol da América e as línguas mães da Europa, a qual tornava mais saliente. Referindo-se ao caso inglês, recorreu à opinião “de Webster, o primeiro glossólogo americano”, que esclarecia que: “Desde que duas raças de estirpe comum separam-se, colocam-se em regiões diferentes, a linguagem de cada um começa a divergir por vários modos”. Adensando sua convicção, citou Alfred Maury, que defendia que as “causas de alteração e transformação das línguas” resultam da “evolução do entendimento” humano e da sociedade, somadas à outras ligadas à “constituição moral e física das raças” às quais foram transmitidas. A seu ver, a organização física dos celtas e iberos, “obrigou-os a modificar a pronúncia do latim”, trazendo “gradualmente a

metamorfose das palavras”. O gênio intelectual de um povo chega “a dar até à fraseologia, à sintaxe um caráter novo”. Assim, era “que os anglo-americanos, todos os dias”, alteravam “a pronúncia original de seu idioma de origem anglo-saxônia”, e introduziam “locuções contractas”, que recordavam as línguas dos indígenas da América, de quem tendiam a tomar a constituição física (ALENCAR, 1960, p. 960).

Para o romancista, se Leal refutasse essas opiniões, poderia contestar o que ele, Alencar, afirmara sobre nosso idioma. Passando ao caso do espanhol, assegurava não conhecer a fundo esta língua e não ousava emitir juízo próprio acerca da linguagem dos escritores argentinos e chilenos. Mas, por intermédio de “testemunho de pessoas autorizadas”, sabia “que o estilo e a fraseologia da imprensa argentina diferia tanto do espanhol europeu, como o nosso do português lusitano” (ALENCAR, 1960:956).

Na visão de Alencar, se, num primeiro momento, os escritores da América, não achando na terra da pátria vestígios e tradições de uma literatura indígena, imitaram os modelos da metrópole e de outras nações com suas fórmulas consagradas, essa fase requereria uma superação, a qual estava em andamento. Para ele, “o escritor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua pátria, e na história já criada pelo povo, os elementos não só da ideia, como da linguagem que a deve exprimir.” Os americanos do Norte já se haviam emancipado da “tutela literária da Inglaterra” e chegaria a vez dos espanhóis e brasileiros (ALENCAR, 1960, p. 960).

Pensando a literatura, a história, a língua e a linguagem como armas políticas de emancipação cultural ao domínio das antigas metrópoles, José de Alencar defendia a “revolução” que ele observava em curso no cotidiano da sociedade brasileira contra a imitação dos “modelos da metrópole”. Esse processo estava ligado à independência nacional, ao analfabetismo, ao tamanho do mercado de impressos e de circulação de livros. Assim, quando contássemos mais leitores frente aos analfabetos e tivéssemos para nossos livros a circulação que davam os Estados Unidos aos seus, “nenhum escritor brasileiro se preocupar[i]a mais com a opinião que dele formar[iam] em Portugal”. Ao contrário, seriam os escritores portugueses que se afeiçoariam a nosso estilo, para serem entendidos do povo brasileiro e terem esse mercado para derramarem seus livros (ALENCAR, 1960, p. 961).

Considerações finais

Ao abordar as mudanças em andamento na ortografia da língua portuguesa em sua juventude e defendendo sua transição para a idade adulta, para uma maturidade, com a radicalização desse processo, Alencar remetia a um processo histórico de diferenciações da língua na prática do povo, da necessidade da linguagem literária absorver tais mudanças e da falta de um sistema único, uniforme e comum para regular a ortografia portuguesa. Preconizava uma futura hegemonia do estilo brasileiro, fruto do processo cultural transformador da língua portuguesa e da linguagem literária, no contexto de interações e trocas culturais, de expansão do mercado editorial, de necessidades políticas e econômicas.

Assim, no contexto atual de expansão e ampliação do mercado consumidor de bens culturais, em geral, e literários, em particular, produzidos em língua portuguesa, como mencionou Alencar, e pensando como tal nossas telenovelas, versão contemporânea dos folhetins do século XIX, não podemos deixar de nos referir ao sucesso de nossas novelas e sua linguagem peculiar, brasileira, nos vários países lusófonos e, também, de nossos literatos nesse vasto território. A presença de nossas telenovelas, em Portugal, e sua audiência junto ao público, por exemplo, são objeto de reflexões acadêmicas e jornalísticas naquele país. Nessas, trata-se tanto da influência da cultura brasileira em Portugal, de modo geral, quanto de nossas novelas, em específico, as quais, para alguns, causam danos à Língua Portuguesa. Por outro lado, existe uma grande aceitação dos escritores portugueses por aqui, como José Saramago, já tão aclamado pelo público leitor brasileiro, o qual, inclusive, foi indicado ao prêmio de melhor livro do ano na IV *FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty*, na edição de 2009, em que, por sua vez, outro escritor português, Antonio

Lobo Antunes, foi figura badalada e o Acordo Ortográfico questão de debates dentro da programação oficial do evento.

Nesse sentido ainda, caminhando ao encontro das reflexões alencarianas, o novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países que formam a comunidade lusófona internacional, o qual pauta-se no critério fonético e unifica 98% do vocabulário geral na escrita da língua, estabelecendo algumas regras de grafia, ainda que outras fiquem em aberto, incorpora e impõe, ao que parece, um “abrasileiramento” do idioma, pois Portugal teve maior índice, 1,6%, de alterações no vocabulário a ser revisto, contra 0,45% do Brasil.

Tal quadro tem causado descontentamentos e protestos, como podemos acompanhar pela imprensa, sobretudo, a portuguesa, que tem abordado a expansão do Movimento contra o Acordo. Sob encomenda do jornal português *Correio da Manhã*, o mais vendido no país, uma pesquisa foi realizada sondando a opinião da população portuguesa, e a maioria foi contra a aplicação do acordo ortográfico e dissera que não vão utilizar as novas normas. Os portugueses, na resistência a adotar a nova ortografia, iniciaram no ano passado, 2008, um Movimento contrário à reforma, o qual se expandiu no presente ano, alcançando num abaixo-assinado mais de 113 mil assinaturas. (<http://educacao.uol.com.br>; STRECKER, 2009).

Referências

ACADÊMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da Língua Portuguesa*. 5 ed., São Paulo: Global, 2009.

ALENCAR, José de. Questão filológica. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960. p. 939-961.

ALENCAR, José de. O nosso cancionário. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960. p. 961-9.

ALENCAR, José de. Como e porque sou romancista. In: ALENCAR, José de. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. v. 1, p. 101-121.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brasileira – José d’Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. *Novos ensaios críticos*. Porto: Casa da viúva Moré, 1867. p. 212-224.

DECRETO para Acordo Ortográfico foi assinado no dia do centenário de morte de Machado de Assis. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <www.academia.org.br>. Acesso: 01/10/2008.

MAIORIA dos Portugueses são contra a reforma ortográfica. UOL EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/portugueses/reforma.ortografica/2009/03/19/ult3278u126.jht>>. Acesso em : 15/04/2009.

SATRECKER, Marcos. Portugueses resistem a adotar nova ortografia. FOLHA ONLINE. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%F%2Fwww1.folh...>> Acesso em: 18/08/2009.